

**EDITAL Nº 003/2022 DE CHAMAMENTO PÚBLICO.
CREDENCIAMENTO PESSOAS FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS NA
ÁREA DE SAÚDE.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ nº 06.169.881/0001-55, com sede na Rua Professor Mange, nº 152, 4º andar, Anápolis, Goiás, torna pública a realização de **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE ATUANDO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANÁPOLIS**, por inexigibilidade de licitação, Decreto nº 47.481 de 07 de abril de 2022, com fulcro no art. 25 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, atendendo as Portarias Ministeriais nº (s) 2.437/2005, 1/2014, 336/2002, 130/2012, 3588/2017 e 2.436/2017, decorrente do Processo Administrativo nº000015930/2022, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

O inteiro teor do Edital estará publicado no Diário Oficial do Município de Anápolis disponível no site da Prefeitura Municipal de Anápolis, www.anapolis.go.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à leitura desse documento.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data marcada, o Credenciamento ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

O presente credenciamento destina-se a credenciar pessoas físicas prestadoras de serviços na área de saúde, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Saúde, da cidade de Anápolis, Goiás, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

O credenciamento não implicará na obrigatoriedade do Município de Anápolis através da Secretaria Municipal de Saúde solicitar a prestação dos serviços.

Considerando a natureza temporária, eventual e autônoma da prestação dos serviços, não haverá qualquer tipo de vínculo empregatício entre o credenciado e o Município de Anápolis, através da Secretaria Municipal de Saúde.

O Edital terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Anápolis, consoante inciso V do artigo 6º da Instrução Normativa nº 00007/2016, alterada pela I.N nº 00001/2017 do TCM-GO.

O credenciamento obedecerá às regras do regime de execução indireta por preço unitário, consoante estabelecido na alínea “a”, do inciso VIII, do art. 6º da Lei 8.666/93.

2. DAS INSCRIÇÕES

O período das inscrições/apresentação de documentos será no dia **12/04/2022 –a Secretaria Municipal de Saúde – Rua Professor Roberto Mange, nº 152, piso 04 – Sala de Situação – HORÁRIO: 09:00h ÀS 16:00h.**, podendo ser prorrogado sucessivamente de acordo com a necessidade da Administração.

O Procedimento de INSCRIÇÃO ao Credenciamento previsto neste Edital dar-se-á através da ENTREGA DE TODOS OS DOCUMENTOS (IMPRESSOS), conforme item 6 sob pena de indeferimento e/ou inabilitação, junto a Secretaria Municipal de Saúde – Rua Professor Roberto Mange, nº 152, piso 04 – Sala de Situação - HORÁRIO: 09:00h ÀS 16:00h.

Para critério de análise documental e eventual contratação, serão habilitados os que apresentarem os documentos por completo e se adequarem as categorias profissionais.

Caso a documentação esteja incompleta, aquele interessado será desclassificado na fase do certame oportuna do presente credenciamento.

3. DAS CONDIÇÕES

Poderão participar do certame as pessoas físicas e jurídicas que se enquadrarem e aceitarem as exigências estabelecidas pelas normas e condições fixadas neste Edital e seus anexos.

Os serviços devem obedecer aos requisitos do Sistema Único de Saúde – SUS, com vistas a garantir as condições adequadas ao atendimento da população.

Os interessados deverão aceitar os valores pré-determinados pelo Município de Anápolis, conforme especificado neste Edital.

O interessado a participar do presente edital, detentor de cargo efetivo de outro ente federado, poderá participar, desde que a carga horária seja compatível com o serviço a ser executado.

Não poderão participar deste credenciamento:

a) Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas nos incisos I e III do artigo 9º da Lei nº 8.666/93, vedada a participação de profissional já ocupante de cargo efetivo neste município.

b) Interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei 8.666/93.

4. DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, QUANTITATIVOS E PREÇO.

4.1 Assistência Especializada

CATEGORIA	Hora/Dia	VALOR	MIN. – MAX.	VALOR MÍNIMO MÊS	VALOR MÁXIMO MÊS	VALOR MINIMO TOTAL / ANO	VALOR MÁXIMO TOTAL / ANO
Arteterapeuta	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Assistente Social	6h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Auxiliar de Saúde Bucal	8h	R\$ 100,00	20-30	R\$ 2.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 36.000,00
Cirurgião Dentista Clínico Geral	8h	R\$ 282,00	20-30	R\$ 5.640,00	R\$ 8.460,00	R\$ 67.680,00	R\$ 101.520,00
Educador Físico	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Enfermeiro	8h	R\$ 245,00	20-30	R\$ 4.900,00	R\$ 7.350,00	R\$ 58.800,00	R\$ 88.200,00
Enfermeiro com experiência em Saúde Mental	12h Plantão 12x36	R\$ 326,00	15-20	R\$ 4.890,00	R\$ 6.520,00	R\$ 58.680,00	R\$ 78.240,00
Enfermeiro Especialista em Saúde Mental	12h Plantão 12x36	R\$ 346,00	15-20	R\$ 5.190,00	R\$ 6.920,00	R\$ 62.280,00	R\$ 83.040,00
Farmacêutico	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00



Fisioterapeuta	6h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Fonoaudiólogo	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Médico Gastropediatra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Cardiologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Dermatologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Urologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Hematologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Clínico	4h	R\$ 310,00	20-30	R\$ 6.200,00	R\$ 9.300,00	R\$ 74.400,00	R\$ 111.600,00
Médico Clínico com Experiência em Saúde Mental	4h	R\$ 310,00	20-30	R\$ 6.200,00	R\$ 9.300,00	R\$ 74.400,00	R\$ 111.600,00
Médico Endocrinologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Fisiatra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Gastroenterologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Cirurgião Geral	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Geriatra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Geneticista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Infectologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Neuropediatra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Neurologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Otorrinolaringologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Pneumologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Psiquiatra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Reumatologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Pediatra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Ortopedista Traumatologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Radiologista/Ultrassonografista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Nefrologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico NeuroCirurgião	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Alergista/Imunologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Oftalmologista	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Ginecologista Obstetra	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Musicoterapeuta	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Nutricionista	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Psicólogo	8h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00
Técnico de Enfermagem	8h	R\$ 119,80	20-30	R\$ 2.396,00	R\$ 3.594,00	R\$ 28.752,00	R\$ 43.128,00
Terapeuta Ocupacional	6h	R\$ 196,30	20-30	R\$ 3.926,00	R\$ 5.889,00	R\$ 47.112,00	R\$ 70.668,00

3.1 Diretoria de Auditoria, Regulação e Agendamentos



CATEGORIA	Hora/Dia	VALOR	MIN - MAX	VALOR MÍNIMO MÊS	VALOR MÁXIMO MÊS	VALOR MÍNIMO TOTAL/ANO	VAMOR MÁXIMO TOTAL/ANO
Enfermeiro	8h	R\$ 245,00	20-30	R\$ 4.900,00	R\$ 7.350,00	R\$ 58.800,00	R\$ 88.200,00
Médico NeuroCirurgião	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Ginecologista Cirurgião	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Cardiovascular	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Cirurgião Geral	4h	R\$ 360,00	20-30	R\$ 7.200,00	R\$ 10.800,00	R\$ 86.400,00	R\$ 129.600,00
Médico Clínico Geral	4h	R\$ 310,00	20-30	R\$ 6.200,00	R\$ 9.300,00	R\$ 74.400,00	R\$ 111.600,00

O critério mínimo exigido para o credenciamento de pessoa física é habilitação profissional na área a que se pretende credenciar com devido título de especialista para os cargos exigidos, especificamente, o cargo de Enfermeiro com experiência em Saúde Mental e Médico Clínico deverá comprovar experiência profissional para o referido cargo.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1- Os interessados em participar do presente credenciamento deverão **ENTREGAR TODA A DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA, junto a Secretaria Municipal de Saúde – Rua Professor Roberto Mange, nº 152, piso 01.**

6. DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 Documentos para Habilitação Pessoa Física:

a) Currículo Vitae devidamente comprovado (com comprovação das informações titulação do cargo desejado, devendo ser anexadas as documentações extracurriculares/titulações) e ao **final assinado**:

a.1 Deve ser anexado junto ao currículo vitae: **Carteira de Trabalho com o número do PIS/NIS ou PASEP.**

a.2 Deve ser anexada junto ao currículo vitae cópia dos Certificados ou Diplomas (de Curso Técnico, Graduação e/ou da Especialização conforme exigência do cargo, atendendo integralmente os pré-requisitos descrito no **Anexo IV**) **devidamente registrados** – frente e verso.

a.3 Declaração de Experiência Profissional para a categoria - Enfermeiro com experiência em Saúde Mental.

b) Cópia da Carteira de Identidade ou CNH ou Carteira de Habilitação Profissional – Conselho Profissional da Classe, permanente ou provisória;

c) Comprovante de Regularidade de Situação Cadastral do CPF, emitido no site da Receita Federal, link.exemplificativo/demonstrativo:
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>;

d) Cópia do comprovante de residência atualizado com CEP (com data de emissão menor que 90 (noventa) dias da data do protocolo da inscrição).

e) Anexo I (Declaração de Desimpedimento e Disponibilidade de Horário), ao final assinado e datado pelo candidato;

- f) Anexo II (Declaração de Conhecimento das Condições do Edital), ao final assinado e datado pelo candidato;
- g) Cópia do Registro do Conselho de Classe, conforme exigência do cargo;
- h) Certidão que comprove adimplência junto ao Conselho profissional da classe;
- i) Certidão negativa de processo junto a Comissão Ética do Conselho Regional a qual está submetido, conforme exigência do cargo;
- j) Certidões de regularidade do “CPF” relativas aos débitos/tributos de competência:
 - **Federal** – Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, link exemplificativo/demonstrativo: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>;
 - **Fazenda Estadual** – Certidão Negativa de Débito Inscrito em Dívida Ativa – da competência do Estado de Goiás, link exemplificativo/demonstrativo: <https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/default.asp>;

Fazenda Municipal – Certidão de Regularidade Fiscal do Contribuinte – da competência do município de Anápolis/GO, link exemplificativo/demonstrativo: <https://www.anapolis.go.gov.br/> (1º Portal do Cidadão – 2º Certidões – 3º Certidão de Regularidade Fiscal do Contribuinte);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas “CPF”, link exemplificativo/demonstrativo: <https://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>.

Os documentos para inscrição no credenciamento ficarão arquivados junto ao Setor de Arquivo da Secretaria Municipal de Saúde, não sendo autorizada sua posterior extração.

Se o interessado for representado por procurador, este deverá juntar à documentação da inscrição cópia do seu documento de identidade, CPF e do competente instrumento de mandato (procuração), com poderes específicos e firma reconhecida por verdadeiro em Cartório.

As certidões/declarações que não contenham expresse a data de validade considerar-se-á válida por 90 (sessenta) dias, contados a partir da data de emissão.

Cada interessado poderá efetuar somente 01 (uma) inscrição por abertura/reabertura deste Edital, não podendo estar relacionado no rol de mais de uma categoria, sendo canceladas todas as inscrições e eventuais habilitados caso haja desacordo com a previsão Editalícia.

A inscrição por si só não gera direitos para o profissional, tampouco obriga a Administração, ao efetivo credenciamento e/ou contratação. Será habilitado para eventual e futura contratação apenas o interessado que for regularmente inscrito nas condições exigidas no presente Edital e contratado quando houver necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

O não atendimento das exigências documentais contidas nos item 5 e 6 ocasionará a inabilitação do interessado.

7. NATUREZA PARA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

São condições de inscrição dos profissionais que irão prestar serviços técnicos à Secretaria Municipal de Saúde:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d) ter nível de formação mínima exigida;
- e) ter disponibilidade de tempo integral para exercer as atividades previstas;
- f) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- g) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data do credenciamento;
- h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da especialidade;

8. DAS DISPOSIÇÕES DOS LOCAIS E ESCALA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A pessoa física selecionada, credenciada para a prestação dos serviços elencados no Edital e anexos, estará ciente que a lotação e escala de pessoal, será por ordem e interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

9. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

O Credenciamento será realizado em única etapa: **análise documental, de caráter eliminatório**, onde será avaliada nível de formação comprovada, ressaltamos ainda que serão habilitados por **ordem classificatória os interessados que primeiro apresentarem os documentos por completo**.

A análise curricular/documental de **pessoa física** compreende:

- a) A investigação da veracidade/legalidade das informações contidas nas documentações apresentadas;
- b) Regularidade do CPF e apresentação correta dos documentos solicitados.

Será excluído do Credenciamento o candidato que:

- a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- c) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização do Processo de Credenciamento.

10. DO PRAZO RECURSAL E COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

O interessado que tiver negado seu credenciamento poderá apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação da decisão, nos termos do disposto no art. 109, I, alínea “a” da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

O recurso previsto no item 10 não prevê apresentação de novas documentações e deverá ser encaminhado junto ao email credenciaespecializada@anapolis.go.gov.br, nos dias previstos conforme cronograma.

Os recursos serão julgados pela Comissão de avaliação e o resumo do resultado será publicado no Diário Oficial do Município.

Será nomeada uma comissão de avaliação/credenciamento contendo no mínimo 03 servidores da Secretaria Municipal de Saúde ou de acordo com a disponibilidade, poderá ser requisitados servidores de outros órgãos.

É facultada à Comissão a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do Credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos interessados que deverão ser satisfeitos no prazo estabelecido.

11. DO RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

O resultado final do credenciamento será publicado no site e/ou diário oficial da Prefeitura Municipal de Anápolis www.anapolis.go.gov.br, especificamente no Diário Oficial do Município, na data prevista no **Anexo V**, e homologado pelo Secretário de Anápolis após o prazo para interposição de recursos.

Haverá reserva técnica classificatória podendo o classificado/habilitado ser convocado para assinatura contratual de acordo com o interesse da Administração.

12- DA CONVOCAÇÃO

Todos que se habilitarem (não desclassificados), serão inscritos dentro de uma ordem de classificação, aptos para a eventual e futura contratação de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Caso esgote todos os habilitados mediante contratação e ainda sim permanecendo a necessidade da administração, poderá a Secretaria realizar reabertura de prazo para análise de novas inscrições dentro do período de vigência do presente edital.

A Secretaria Municipal de Saúde convocará de acordo com a sua necessidade os profissionais credenciados para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, conforme Minuta de Contrato - **Anexo III**.

Para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, os profissionais terão o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação publicado no Diário Oficial do Município de Anápolis/GO.

Os candidatos convocados deverão comparecer, imediatamente, na Secretaria Municipal de Saúde para assinatura do contrato, em conformidade com o edital de convocação.

O candidato que não atender a convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto do edital, será automaticamente desclassificado.

A classificação/habilitação do profissional não obriga a Secretaria Municipal de Saúde a efetuar sua contratação. As contratações ocorrerão dentro dos limites das necessidades da administração no decorrer da vigência do presente Edital.

13. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

O contrato que vier a ser firmado entre as partes obedecerá ao disposto no presente Edital, bem como os dispositivos da Lei das Licitações nº 8.666/93 e alterações posteriores.

O referido contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação, podendo ser alterado ou prorrogado de comum acordo entre as partes, conforme os princípios estabelecidos no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

O contrato poderá ser alterado mediante a apresentação das devidas justificativas, de acordo com disposição do art. 65 da Lei 8.666/93.

O referido Instrumento contratual poderá ser rescindido a qualquer momento, quando houver inadimplência de qualquer das partes contratantes, ou em virtude do que dispõe os art. 78 e 79 da referida Lei de Licitações, bem como à interesse da Administração Pública;

O contrato administrativo firmado na forma deste credenciamento não gerará vínculo empregatício;

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta de recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Anápolis, nas dotações – fonte Federal, Estadual e/ou Municipal:

- 10.302.0408.1127 – Implantação do Centro de Especialidades Médicas;
- 10.302.1117.2118 – Manutenção Especializada em Saúde da Mulher;
- 10.302.1117.2816 – Hospital Dia do Idoso;
- 10.302.1117.2116 – Manutenção do Centro de Reabilitação;
- 10.302.1117.2880 – Manutenção da Unidade Dr. Ilion Fleury Júnior;
- 10.302.1120.2747 – Atenção Especializada Saúde Mental – CAPS;
- 10.302.1121.2748 – Centro de Referência Saúde do Trabalhador e Emendas Impositivas;
- 10.121.1101.2409 – Diretoria de Vigilância e Controle à Saúde;

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como a observância dos preceitos e regulamentações em vigor.

A Secretaria Municipal de Saúde, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este credenciamento;

Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

Os contratados prestarão seus serviços de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, e desde já fica ciente que os contratados deverão ter disponibilidade para atuar tanto em horário comercial quanto em regime de escala, de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde.

A habilitação do profissional gera apenas a expectativa de direito à contratação.

16. DOS ANEXOS

São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I – Modelo de Declaração de Desimpedimento e disponibilidade de prestar serviços à disposição desta administração Pública na carga horária relativa a área que se pretende credenciar;

Anexo II – Declaração de conhecimento das condições do Edital;

Anexo III – Minuta de contrato de prestação de serviços;

Anexo IV – Pré-Requisitos para o cargo;

Anexo V - Cronograma.

Anápolis-GO, 07 de abril de 2022.

Júlio César Teles Spindola
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO E DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO.

A. Declaro que não incorro em qualquer dos impedimentos a seguir:

1. Nunca fui declarado inidôneo por ato do Poder Público;
2. Não estou impedido de transacionar com a administração pública ou com qualquer das suas entidades da administração indireta;
3. Não possuo débitos com os órgãos da Administração direta ou indireta do Município;
4. Não ocupo cargo, emprego ou função de direção, chefia, assessoramento ou de confiança no Município de Anápolis;

B. Declaro ainda que possua integral disponibilidade de tempo para cumprir com a carga horária determinada a área que pretendo me credenciar.

Por ser verdade, firmo o presente, nos termos e sob as penas da lei.

Data, identificação e assinatura.



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

Declaro estar ciente das condições do Edital e anexos e assumo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação.

Por ser verdade, firmo o presente, nos termos e sob as penas da lei.

Data, identificação e assinatura.

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

“CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº*** PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E XXXXXXXXXXXXXXXX”.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 06.169.881/0001-55, situado à Rua Professor Mange, nº 152, 4º andar, Anápolis, Goiás, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **Júlio César Teles Spíndola**, inscrito no CPF sob nº 763.645.181-68, assistido juridicamente pela Procuradoria Geral do Município, doravante denominado **CRENCIANTE** e, do outro lado o(a) Sr(a) *****, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº. *****, a seguir denominado (a) **CRENCIADO (A)**,***** resolveram celebrar o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços na qualidade de ***** para atender as necessidades geradas no Município de Anápolis, tendo em vista o que consta do Decreto de Inexigibilidade de Licitação nº *****/2022, conforme artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, Portarias Ministeriais nº (s) 2.437 de 7 de setembro de 2005, 1.341 de 13 de setembro de 2012, 2.436 de 21 de setembro de 2017 e demais documentos constantes do processo administrativo nº 000011400/2022, nas condições estabelecidas nas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 Fica o Sr(a). *****, credenciado (a) a prestar serviços técnicos científicos e especializados de ***** na SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, na Unidade *****.

Regime de Execução: O fornecimento será realizado por execução indireta, no regime de empreitada por preço global na forma do artigo 6º, VIII, alínea “a” da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO TEMPO A DISPOSIÇÃO

2.1 O contratado prestará seus serviços à disposição da administração pública da seguinte forma:

Local: Nas Unidade da Diretoria de Assistência Especializada, Diretoria de Auditoria, Regulação e Agendamentos.

Processo de trabalho: Horário predeterminado pela Secretaria Municipal de Saúde, rotinas, metas de atendimento preconizados em portarias, notas técnicas e circulares de cunho Federal, Estadual e Municipal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O valor a ser pago pelo serviço prestado mensalmente e/ou estimado é de R\$***** e será pago mediante apresentação de relatório comprobatório da produção/desempenho de acordo com as metas de atendimento preconizados em portarias, notas técnicas e circulares de cunho Federal, Estadual e Municipal, juntamente com o devido RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) e certidões negativas atualizadas, sendo que o prazo de pagamento não será superior a trinta dias.

3.2 Do valor mensal devido será deduzido o valor da contribuição previdenciária de acordo com a tabela do INSS aplicável ao caso, e retida na fonte, a parcela referente ao Imposto de Renda, conforme tabela da Receita Federal em vigor, e demais encargos cabíveis.

3.3 O valor a ser pago na seguinte conta bancária do credenciado:

Banco:
Agencia:
Conta corrente/ Poupança:
Operação:

CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E REAJUSTE

4.1 - O valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, nos termos da alínea “c”, do inciso XIV, do artigo 40 da Lei nº. 8.666/93. 4.2 - O contrato poderá ser reajustado em comum acordo entre as partes após 12 meses de vigência em conformidade com índice IGP-M/FGV.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

- 5.1.1 Atuar na Unidade de Saúde obedecendo à escala de serviço predeterminada;
- 5.1.2 Comparecer ao seu local de trabalho conforme escala de serviço predeterminada e cumprir sua carga horária, atuando com ética e dignamente;
- 5.1.3 Cumprir com pontualidade seus horários de chegada ao local de trabalho, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
- 5.1.4 Tratar com respeito e coleguismo todos os demais colegas de trabalho;
- 5.1.5 Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários;
- 5.1.6 Acatar e respeitar as rotinas, processo de trabalho e metas de atendimento preconizados em portarias, notas técnicas e circulares de cunho federal, estadual e municipal, publicados em canais oficiais e repassados aos prestadores através de momentos de educação permanente e demais documentos de comunicação interna;
- 5.1.7 Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los ou conspirar contra os mesmos;
- 5.1.8 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº. 8.666/93;

5.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 5.2.1 Pagar os serviços prestados nas formas e condições ajustadas neste instrumento;
- 5.2.2 Informar previamente o (a) CREDENCIADO (A) sobre toda e qualquer anormalidade do sistema de saúde que possa influir no atendimento de pacientes;
- 5.2.3 Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação profissional-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pelo (a) CREDENCIADO (A), desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;
- 5.2.4 Zelar para que o (a) CREDENCIADO (A) atenda o beneficiário do sistema de saúde dentro das normas impostas pelo exercício da profissão, bem como as normativas relativas a cada programa.

CLÁUSULA SEXTA – DO DESCREDENCIAMENTO

6.1 - O não cumprimento por parte da CREDENCIADO (A) das condições estabelecidas neste contrato, importará em seu descredenciamento automático.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

7.1 O referido contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado de comum acordo entre as partes, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

7.2 O contrato poderá ser alterado mediante a apresentação das devidas justificativas, de acordo com disposição do art. 65 da Lei 8.666/93

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - A despesa advinda da execução deste contrato correrá por conta de recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária: Fonte Federal, Estadual e/ou Municipal:

- 10.302.0408.1127 – Implantação do Centro de Especialidades Médicas;
- 10.302.1117.2118 – Manutenção Especializada em Saúde da Mulher;
- 10.302.1117.2816 – Hospital Dia do Idoso;
- 10.302.1117.2116 – Manutenção do Centro de Reabilitação;
- 10.302.1117.2880 – Manutenção da Unidade Dr. Ilion Fleury Júnior;
- 10.302.1120.2747 – Atenção Especializada Saúde Mental – CAPS;
- 10.302.1121.2748 – Centro de Referência Saúde do Trabalhador e Emendas Impositivas;
- 10.121.1101.2409 – Diretoria de Vigilância e Controle à Saúde;

CLÁUSULA NONA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

9.1 - O contrato administrativo firmado na forma deste credenciamento não gerará vínculo empregatício.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

10.1 Fica assegurado o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

11.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couber, as hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

11.3 A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.4 Nenhuma indenização será devida ao contratado por qualquer motivo em relação a este processo de credenciamento, salvo se a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da lei 8.666/93.

11.5 Poderá haver rescisão contratual a qualquer tempo por parte da Administração Municipal, por se tratar de programas advindos do Governo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

12.1 - O presente contrato vincula-se ao Edital de Credenciamento nº 003/2022 e seus anexos, e ao Decreto nº 47.481 de 07 de abril de 2022

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O não cumprimento ou cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte CREDENCIADA, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei;

13.2 A aplicação de multa não impede que a CREDENCIANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável à espécie.

13.3 A aplicação de multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente 03 (Três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais previstas;

13.4 Em caso de inexecução total ou parcial pelo CREDENCIADO das obrigações assumidas por intermédio do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93, assegurada a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste edital juntamente com as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo a sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 - Aplica-se ao presente contrato o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com fulcro no inciso XII do artigo 55.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro desta Comarca de Anápolis para dirimir as questões emergentes da aplicação deste contrato. E por se acharem justo e contratado, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Anápolis/GO, ** de ***** de 2022.

Fiscal do contrato
CPF:

Credenciado (a)
CPF:

Júlio Cesar Teles Spindola
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO IV - PRÉ-REQUISITOS PARA O CARGO

Médico Clínico - Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado de conclusão de Residência Médica em qualquer área, reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica; ou Título de especialista em qualquer área, reconhecido pela Associação Médica Brasileira e registrado no Conselho Regional de Medicina; e registro profissional no Conselho Regional de Medicina.

Médico Clínico com Experiência em Saúde Mental - Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado de conclusão de Residência Médica em qualquer área, reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica; ou Título de especialista em qualquer área, reconhecido pela Associação Médica Brasileira e registrado no Conselho Regional de Medicina; e registro profissional no Conselho Regional de Medicina e Declaração de Trabalhos na Saúde Mental.

Médicos – Cirurgia Geral: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação e registro profissional no Conselho Regional de Medicina.

Médicos - Ortopedia e Traumatologia: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado de conclusão de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia, reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica; ou Título de especialista em Ortopedia e Traumatologia, reconhecido pela Associação Médica Brasileira e registrado no Conselho Regional de Medicina; e registro profissional no Conselho Regional de Medicina.

Médicos Radiologista/Ultrassonografia: e Diagnóstico por Imagem: Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem ou Título de Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem concedido pelo Programa de Residência Médica ou pela Sociedade da Especialidade.

Médico com Especialidades- Diploma devidamente registrado de curso de graduação em Medicina, com registro no órgão competente, Residência Médica ou Título de especialista devidamente reconhecida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM).

Enfermeiro Especialista em Saúde Mental: Curso Superior Completo em Enfermagem com registro no órgão competente, diploma de Especialidade em Saúde Mental.

Enfermeiro com Experiência em Saúde Mental: Curso Superior Completo em Enfermagem com registro no órgão competente, apresentando declaração de trabalhos na Saúde Mental.

Enfermeiro: Diploma de conclusão do curso de Enfermagem; – Certidão de Regularidade do COREN; 3 – Certidão Negativa de Débito com a Justiça Eleitoral Curso superior de Enfermagem **HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Lei nº 7.498, de 25 de junho 1986 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem. Decreto nº 94.406, de 08 de junho 1987 - Regulamenta a Lei nº 7.498/86. Registro no Conselho competente.

Educador Físico: Possuir Licenciatura Plena em Educação Física ou Bacharelado em Educação Física, comprovada por diploma de instituição aprovada pelo MEC ou validada no caso de diplomas emitidos por instituições do exterior. Possuir registro no conselho de classe.

Técnicos de Enfermagem: Certificado de conclusão do Curso Técnico de Enfermagem; Certidão de Regularidade do COREN; Certidão Negativa de Débito com a Justiça Eleitoral;

Auxiliar em Saúde Bucal: Certificado de Conclusão do Curso Auxiliar em Saúde Bucal e

comprovante de Regularidade junto ao conselho competente.

Psicólogos: Curso Superior em Psicologia HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 - Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Decreto-Lei nº 706, de 25 de julho de 1969 - Estende aos portadores de certificado de curso de pós-graduação em psicologia e psicologia educacional, o direito assegurado pelo art. 19 da Lei nº 4.119/62. Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 - Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977 - Regulamenta a Lei nº 5.766/71. Registro no Conselho competente.

Farmacêutico: Curso superior em Farmácia HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960 - Cria o Conselho Federal e os Conselhos regionais de Farmácia, e dá outras providências. - Decreto nº 85.878, de 09 de abril de 1981 - Regulamenta a Lei nº 3.820/60. Alterações: Lei nº 9.120/95; lei nº 4.817 e Lei nº 5.724/71. Registro no Conselho competente.

Nutricionista: Curso Superior em Nutrição HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991 – Regulamenta a profissão de Nutricionista. Registro no Conselho competente.

Assistente Social: Curso superior em Serviço Social HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 - Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Registro no Conselho competente.

Fisioterapeutas: Curso superior em Fisioterapia HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969 – Prevê sobre a profissão de Fisioterapeuta. Registro no Conselho competente.

Fonoaudiólogo: Curso superior em Fonoaudiologia HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 6.965 de 09 de dezembro de 1981 - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo. Registro no Conselho competente.

Musicoterapeuta: Necessário nível superior completo em musicoterapia.

Arteterapeuta: Necessário nível superior completo e curso de especialização ou aprimoramento em arteterapia.

Cirurgião Dentista: Curso Superior Odontologia - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 - Institui os Conselhos Federal e Regionais de Odontologia e dá outras providências. Decreto nº 68.704, de 04 de junho de 1971 - Regulamenta a Lei nº 4.324/64. Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966 - Regula o exercício da odontologia. Registro no conselho competente.



ANEXO V - CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Período de inscrições e entrega de documentos na Secretaria Municipal de Saúde – Rua Professor Roberto Mange, nº 152, piso 01. HORÁRIO: 09:00h ÀS 16:00h.	12/04/2022 (1 dia)
Resultado preliminar	12/04/2022
Prazo para recursos contra o resultado preliminar	13/04/2022 à 25/04/2022
Resultado Final	27/04/2022
Convocação	27/04/2022